

Editorial

O ensino de Geografia, como parte do campo da educação em nossa sociedade, vem sendo provocado por diferentes atores sociais que, ao denunciar a reprodução de preconceitos e discriminações como parte de ideologias centrais para o capitalismo, disputam o campo da formação humana. A reprodução de valores e visões de mundo que subalternizam indivíduos e grupos, parte das estratégias que afirmam a exploração de mulheres e homens em suas experiências sociais, é combatida naquele que (ainda) é o instrumento central da moldagem de comportamentos em nossa sociedade: o campo da educação.

A Lei 10.639, promulgada em 2003, ao instituir a obrigatoriedade de temas ligados à população negra no currículo escolar, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, transforma-se em instrumento da luta do Movimento Negro contra a reprodução de valores que alicerçam o racismo. O movimento social aparece, desta maneira, como um ator social que disputa o currículo escolar. Este volume da Revista Tamoios dedica-se a explorar possibilidades de desdobramentos desta agenda no ensino de Geografia. São reunidos aqui artigos resultantes de reflexões e pesquisas levados a cabo no âmbito do projeto de pesquisa “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia”, coordenado pelo prof. Renato Emerson dos Santos e desenvolvido no DGEO/FFP. Este projeto, que conta com apoio financeiro da FAPERJ, além de bolsas da UERJ e do CNPq, vem sendo um dos pilares para a constituição, sob a coordenação do mesmo professor, do NEGRAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais).

Os artigos ora reunidos compõem, portanto, uma agenda que vem sendo coletivamente construída, e devem então ser remetidos à própria estrutura analítica do projeto de investigação, ponto de partida para a estruturação da complexidade atribuída ao tema. Neste sentido, o primeiro artigo, de autoria do coordenador do projeto e editor deste número, intitulado “A Lei 10.639 e o ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação”, traz a estrutura analítica do projeto, suas bases metodológicas e temário proposto.

Este artigo dá alicerce para os outros artigos, na medida em que permite compreender os nexos analíticos entre eles. A pesquisa se estrutura sobre cinco vertentes (simplificadamente: inserção e revisão de conteúdos; materiais e métodos pedagógicos; coordenação das relações raciais no cotidiano escolar; relações de poder no cotidiano escolar e currículo praticado; Movimento Negro e escalas da política), e todos os artigos dialogam com uma ou mais vertentes.

Cesar Augusto Caldas dos Santos e Raphael Luiz Silva da Costa, no artigo “Materiais didáticos à luz da Lei 10.639/03: Por um ensinar e aprender uma Geografia antirracista”, recuperam a importância histórica da raça enquanto princípio hierarquizador de seres humanos mostrando o lastro espacial de visão de mundo que sustenta a idéia de diferenças raciais. A partir disto, eles vão mostrar como esta visão de mundo 2 hierarquizante está presente nos

livros didáticos de Geografia, tanto na estruturação dos conteúdos quanto nas imagens projetadas em fotos e figuras.

No artigo “Conteúdos possíveis a partir da Lei 10.639: as geo-grafias das comunidades remanescentes de quilombo no território brasileiro”, Gabriel Siqueira Correa mostra, a partir da maneira como são tratados conteúdos referentes a comunidades remanescentes de quilombos (ou, quando há silenciamento sobre elas), a presença da colonialidade do saber no ensino de Geografia.

Glauber Henrique Corrêa Rocha, no artigo “Dificuldades para implementação da Lei 10.639: A influência dos valores religiosos sobre os temas apresentados no texto da lei”, nos chama a refletir sobre a influência de outros atores sociais nas disputas em torno do currículo praticado: as organizações religiosas, cujos valores moldam comportamentos de professores, alunos e demais membros da comunidade escolar. Em particular, ele mostra em depoimentos de professores as dificuldades que determinados valores religiosos impõem a um tratamento adequado da Lei 10.639.

O artigo coletivo assinado por Gabriel Monteiro, Amãna Vieira, Flávio Diniz e Ronald Santos aborda os desafios na estruturação e execução de uma das atividades fundamentais da pesquisa: uma oficina sobre o uso de filmes para trabalhar a temática racial. Esta oficina, que é oferecida pela equipe para professores de Geografia, ou para toda a equipe escolar (é nesta modalidade que o artigo centra), problematiza aspectos vinculados a conteúdos (inserindo e revendo), o filme como material didático (de apoio ou alternativo aos livros didáticos), e as relações raciais no cotidiano escolar.

Thyago Faria de Araújo, em “Por uma Geografia dos Outsiders: interpretação e aplicação da Lei 10.639 na rede municipal de Armação dos Búzios em sua relação com a Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa”, problematiza a aplicação da Lei num sistema municipal de ensino. Esta se deu na forma da criação de uma disciplina chamada de “Estudos Afro”, o que acabou por criar sensação de isenção quanto à Lei por docentes das outras disciplinas, cercando esta forma de aplicação de uma série de contradições. Ele explora a gravidade disto numa situação em que o público escolar é composto por moradores de uma comunidade remanescente de quilombo, com densos processos de disputa identitária em curso.

Em “O ensino de África nas aulas de Geografia e a implementação da Lei 10.639/03”, Gabriela da Silva Oliveira explora as dificuldades de modificação do que se ensina sobre este continente. O que se aprende sobre África informa visões de mundo e visões sobre os afrodescendentes, sendo hoje um dos principais instrumentos de reforço ao preconceito racial. Ela mostra, em seu artigo, como os preconceitos e a falta de conhecimento sobre África permeiam o acervo de conhecimentos de professores de Geografia, a partir de entrevistas.

Flávio Guimarães Diniz dá continuidade à discussão do que se ensina (ou não) sobre África, problematizando possibilidades do uso de filmes. Partindo da

potencialidade 3 deste instrumento (os filmes permitem dar saltos no tempo e no espaço, facilitando nexos de compreensão do encadeamento de fenômenos), ele problematiza experiências que acompanhou, desenvolvidas pelos professores que participam das atividades do projeto de pesquisa.

Por fim, Lya Moret Boynard no artigo “Por uma desconstrução da representação única de mundo: Alternativas cartográficas para aplicação da Lei 10.639”, faz uma ponte entre os projetos “A Lei 10.639 e o ensino de Geografia” e “Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político”, ambos coordenados e desenvolvidos no âmbito do NEGRAM.

Debate, neste artigo, o eurocentrismo como um traço da cartografia difundida no (e, pelo) ensino de Geografia, como algo que difunde uma visão de mundo que alicerça as hierarquias raciais e o racismo. A partir disso, aponta possibilidades de uso do ensino da cartografia como um instrumento da luta do Movimento Negro.

Esperamos, com este conjunto de artigos que ora compartilhamos, provocar mais reflexões, investigações e experiências, em prol da aplicação da Lei 10.639 no ensino de Geografia. Nos vinculamos aqui àqueles que acreditam na formação de professores pesquisadores, e em uma Geografia militante e comprometida - no caso, com a luta antiracismo do Movimento Negro.

Renato Emerson dos Santos